

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, FONTES E PESQUISA EM ARQUIVOS NA REGIÃO OESTE DO PARANÁ*

*Rodrigo Pinto de Andrade¹
César de Alencar Arnaut de Toledo²
Francielle Aparecida Garuti de Andrade³*

INTRODUÇÃO

Este texto tem por objetivo apresentar uma reflexão sobre o levantamento, catalogação e análise das fontes para a pesquisa sobre História da Educação na região Oeste do Paraná e reforçar a necessidade da organização e do registro de arquivos que possibilitem a preservação das fontes para a concretização dessas pesquisas em uma região de colonização recente.

A pesquisa em História da Educação é realizada mediante a análise de documentos, que se constituem como fontes para a investigação histórica. Os arquivos são elementos preponderantes para tais investigações, pois disponibilizam as fontes que servem de base para realização da análise histórica. Podemos dizer que, nas últimas décadas, a área da História da Educação tem passado por uma discussão e renovação do conceito de fontes, sejam elas escritas, iconográficas, pictóricas, audiovisuais ou arquitetônicas, consideradas importantes para a investigação do passado.

Para discutir a temática proposta, inicialmente será analisada a trajetória da pesquisa em História da Educação no Brasil. Em seguida, será discutida a questão das fontes para pesquisa na área da História da Educação: levantamento, organização, catalogação e análise dos documentos. Por fim, será analisada a pesquisa em arquivos. Também serão apresentados os principais arquivos no oeste paranaense.

*DOI – 10.29388/978-65-81417-76-5-0-f.29-43

¹Doutor em Educação (2017) pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá. Professor do colegiado de pedagogia da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). Link para oattes: Direção eletrônica: rodrigoandrade.uem@gmail.com

²Doutor em Educação pela Unicamp (1996), professor do Departamento de Fundamentos da Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá. Direção eletrônica: caatoledo@uem.br

³Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Maringá. Professora da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). Direção eletrônica: garutiandrade@gmail.com

A PESQUISA EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

Enquanto disciplina, a história da educação tem sua trajetória diretamente associada ao curso de Pedagogia, que começou a se desenvolver em alguns países da Europa e nos Estados Unidos. A disciplina apareceu nas universidades europeias no final do século XIX, para atender à necessidade de um ensino sistemático de pedagogia. No Brasil, desenvolveu-se, sobretudo, nas Escolas Normais e nos cursos de formação de professores (LOPES; GALVÃO, 2001). Trata-se de uma disciplina bastante recente.

O Curso de Pedagogia foi instituído pelo Decreto-Lei n.1.190, de 04 de abril de 1939, a disciplina de história da educação tornou-se obrigatória no terceiro ano do curso. Com a Lei Orgânica de Ensino Normal, instituída pelo Decreto-Lei n. 8.530, de 02 de janeiro de 1946, ela passou a fazer parte do currículo de todas as Escolas Normais do país, com o nome de “[...] história e filosofia da educação [...]” (SAVIANI, 2013).

Embora o objeto da história da educação seja as sociedades e suas produções materiais, enquanto disciplina, ela não se desenvolveu como uma área da História. Dermeval Saviani afirma que ela se desenvolveu como um domínio de caráter pedagógico paralelamente, e, mesmo, à margem das investigações propriamente historiográficas. Na percepção do autor, atualmente, a história da educação como disciplina obrigatória do curso, firmou-se no âmbito acadêmico da Pedagogia (SAVIANI, 2013).

Como campo de pesquisa, a história da educação no Brasil, só teve início a partir da década de 1950. Surgiu no setor de Educação da Universidade de São Paulo, com um projeto de construção de uma História da Educação brasileira, com base em um levantamento de documentos originais (WARDE, 2006). Nesse período, não havia muitas pesquisas na área, fato que é evidenciado pela não existência de programas de pós-graduação em educação. Saviani (2013) afirma que foi com a institucionalização dos programas de pós-graduação, a partir da década de 1970, que as pesquisas em educação, de modo geral, e, especialmente, na área de história da educação ganharam impulso.

Nesse período, os temas mais comuns nas pesquisas eram os que discutiam a relação entre educação e sociedade. Como legado positivo do período, pode-se destacar o fortalecimento do pensamento crítico e o retorno aos autores clássicos. Os estudos sobre a sociedade eram os mais frequentes (NOSELLA; BUFFA, 2009).

Podemos dizer que a História da Educação é um campo subordinante na classificação histórico-educativa, pois nele está inserida a história da escola, o estudo das ideias pedagógicas,

a história da pedagogia, da cultura escolar, da legislação educacional, das instituições escolares e de tudo que se ocupa historicamente da educação (RAGAZZINI, 1999).

A PESQUISA HISTÓRICA E O USO DAS FONTES

A palavra fonte, segundo o dicionário eletrônico *Houaiss*, pode ser definida como: “texto ou documento original”. As fontes são registros, documentos, marcas e vestígios deixados por indivíduos, por grupos, pelas sociedades e pela natureza que representam ou expressam uma determinada forma de ser da matéria, seja ela natural, humana ou social, em seu processo de contradição e transformação (RAGAZZINI, 2001). Elas são produzidas pelo homem nas suas relações sociais e com a natureza, resultam, portanto, da ação histórica dos indivíduos e registram seu modo de vida em suas relações numa determinada sociedade.

As fontes são a base sobre a qual se constrói uma pesquisa; são, portanto, a matéria prima na elaboração da investigação acadêmica e se constituem no ponto de apoio da investigação. Elas dizem respeito à vida do homem e que este, por sua vez, faz história por meio de sua ação sobre a natureza para transformá-la e, no processo, transforma a si mesmo. Assim, o acesso às fontes representa o contato com objetos que revelam uma forma de vida e de organização social (SAVIANI, 2004).

A pesquisa histórica pressupõe o uso de fontes. Ao se lançar nessa área de pesquisa, o historiador da educação se depara com a tarefa de levantar, catalogar e analisar documentos históricos que se constituem como fontes que oferecem importantes subsídios sobre a história, pois a investigação do passado implica, necessariamente, a consulta às fontes que servem de base para análise do período que se pretende estudar (VIDAL, 2005; MIGUEL 2012).

Na medida em que o pesquisador levanta problemas e recorre aos documentos na expectativa de extrair deles respostas às questões levantadas, atribui a alguns objetos a qualidade de fontes, pois neles há, potencialmente, respostas para as questões levantadas. O trabalho do pesquisador é buscar, mediante o trato com os documentos, uma aproximação do real que lhe possibilite encontrar respostas às suas questões. A inúmera quantidade de papéis que se encontram nas bibliotecas e nos arquivos públicos e privados, os objetos guardados em museus, não são em si, fontes. Só recebem estatuto de fontes na medida em que o historiador formula seu problema de pesquisa e decide encontrar as respostas às questões levantadas naqueles objetos, que se constituirão em fontes a partir das quais o conhecimento histórico poderá ser produzido (SAVIANI, 2013).

As fontes se constituem como elementos imprescindíveis para a sistematização do conhecimento histórico. Identificar, usar e interpretar as fontes é fator preponderante na identificação da qualidade da pesquisa histórica, pois os documentos contêm vestígios e são testemunhas que manifestam as ações do homem no tempo. Elas são indispensáveis para a realização de qualquer pesquisa em História e em História da Educação (MIGUEL, 2012; NUNES, 2005).

Na área da História da Educação, o conceito de fontes tem passado por uma modificação e ampliação nas últimas décadas. A discussão sobre o emprego de fontes escritas, sonoras, audiovisuais, pictóricas, entre outras, como elementos que possibilitem o entendimento do passado entrou na pauta da historiografia da educação e abriu precedente para a discussão do que poderia ser considerada fonte para a pesquisa historiográfica. Por muito tempo, fontes históricas se resumiam a documentos oficiais, por isso, a história só existia como expressão do Estado (NOSELLA; BUFFA, 2009; MIGUEL, 2007).

A ampliação da noção de fonte resulta, em grande medida, da inserção de novos objetos que passaram a ser investigados em sua historicidade. Com tamanha vastidão de novas temáticas na área da História da Educação, a noção do que pode ser considerado documento histórico sofreu significativa modificação. Renovou-se o conceito de fontes. Não há nas fontes verdade absoluta, pois elas carregam em si marcas humanas que são passíveis de múltiplas interpretações, assim, as pistas, os vestígios, os documentos, são fragmentos que não possuem uma verdade inerente, pronta a ser desvelada pelo pesquisador, mas, depende dos questionamentos que o investigador faz e carece de interpretação (MIGUEL, 2007; NUNES, 2005).

Nas pesquisas históricas, o trabalho de seleção e de organização dos documentos que servirão como fontes é complexo e demanda tempo, por isso, o dever do pesquisador ao avaliar os documentos é estar munido de um aporte teórico-metodológico que o habilite a retirar deles as informações sócio-históricas e histórico-educativas neles presentes. A opção por algumas fontes e a não escolha de outras está em consonância com o referencial que o historiador escolheu.

PESQUISA EM ARQUIVOS

Os arquivos se organizam em conjuntos produzidos ou recebidos por instituições públicas e privadas e contêm documentos de natureza diversa. Eles decorrem do exercício de atividades específicas, tanto de entidades como de pessoas. São fundamentais para a

preservação das fontes e também da memória, ou seja, da própria história, pois servem de acesso ao passado.

De acordo com a Lei n. 8.159, de 08 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências, o Cap. I, art. 2º [...] consideram-se arquivos, para os fins desta lei, os conjuntos de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos (BRASIL, 1991; MEDEIROS, 2009).

No Brasil, a preocupação em relação à importância dos arquivos na pesquisa educacional é recente e pouco disseminada. De modo geral, os arquivos brasileiros enfrentam problemas comuns aos dos serviços públicos: falta de pessoal, de instalações adequadas e de recursos. Os arquivos geralmente não recebem a atenção prioritária dos órgãos governamentais, por isso, acabam se tornando meros depósitos de papéis. Na iniciativa privada também é muito comum denominar os serviços de arquivo como arquivo morto, o que indica a não atenção para a importância das informações contidas nos documentos ali depositados (ARNAUT DE TOLEDO; ANDRADE, 2015).

Os documentos comumente são encontrados em condições pouco favoráveis para o desempenho do trabalho do pesquisador, sendo exigido dele o conhecimento das normas e das políticas arquivísticas e o conhecimento do sistema administrativo, das regras e das leis que regulamentam a pesquisa em arquivos. Além disso, o investigador deve se prevenir contra as doenças advindas do contato direto com mofo, traças e outros bichos nocivos à saúde humana. Segundo José Maria Jardim:

De forma sintética, entende-se por políticas públicas arquivísticas o conjunto de premissas, decisões e ações - produzidas pelo Estado e inseridas nas agendas governamentais em nome do interesse social que contemplam os diversos aspectos (administrativo, legal, científico, cultural, tecnológico) relativos à produção, uso e preservação da informação arquivística de natureza pública e privada. (JARDIM, 2003, p. 39).

As políticas, que dão suporte aos arquivos públicos e privados no Brasil são estabelecidas em lei. A Constituição Federal de 1988, a Lei n. 8.159/91 e o Decreto n. 4.073, de 3 de janeiro de 2002, estabelecem que é dever do Poder Público, em todos os níveis, a gestão, a guarda e a preservação de documentos e arquivos como elementos de apoio à administração e à cultura (MEDEIROS, 2009).

Entende-se que o trabalho de organização de acervos é fundamental para o desenvolvimento da pesquisa histórica. Na medida em que cresce o número de instituições que organizam adequadamente seus acervos documentais e viabilizam instrumentos que facilitem o acesso às fontes, o trabalho dos pesquisadores é facilitado e a qualidade das pesquisas será significativamente impactada, uma vez que o tempo de busca e de trato com as fontes será reduzido (MOGARRO, 2005; VIDAL, 2007).

A pesquisa em História da Educação é realizada mediante a análise de documentos que se constituem como fontes para investigação histórica. Todavia, no Brasil a preocupação em relação à importância dos arquivos na pesquisa educacional é recente e pouco disseminada (NUNES; CARVALHO, 2005).

Pesquisar em arquivos é uma atividade dura e desafiadora, exige disciplina e paciência do pesquisador. Este é o desafio constante daqueles que se envolvem nesta tarefa. O trabalho do pesquisador muitas vezes consiste em buscar papéis desorganizados, cabe a ele descobrir onde localizar aqueles papéis que podem ser úteis para a investigação que propôs a fazer. Nesta empreitada muitas vezes é preciso superar obstáculos de ordem burocrática, da boa vontade do atendente, localizar os arquivos e a falta de formação adequada daqueles que deveriam facilitar a vida do pesquisador.

TIPOS DE ARQUIVOS

Os arquivos recebem a seguinte classificação: arquivos públicos e arquivos privados. O arquivo é considerado público quando recebe documentos produzidos por órgãos públicos no exercício de suas funções ou é mantido por órgãos públicos. Conforme o Decreto n. 4.073, de 3 de janeiro de 2002, o Cap. III, art. 15, são arquivos públicos os conjuntos de documentos: I - produzidos e recebidos por órgãos e entidades públicas federais, estaduais, do Distrito Federal e municipais, em decorrência de suas funções administrativas, legislativas e judiciárias; II - produzidos e recebidos por agentes do Poder Público, no exercício de seu cargo ou função ou deles decorrente; III - produzidos e recebidos pelas empresas públicas e pelas sociedades de economia mista (BRASIL, 2002).

Os arquivos públicos são federais, estaduais, do Distrito Federal e municipais. Será considerado privado todo arquivo que recebe conjuntos de documentos de pessoa física ou jurídica em decorrência de suas atividades e/ou, é mantido por instituições privadas, famílias ou indivíduos (BRASIL, 2002). Os arquivos privados, com a extinção da pessoa jurídica de direito privado, devem ser transferidos para o poder público, assim, passam automaticamente

a serem patrimônios públicos e geralmente se tornam também, arquivos públicos. O Decreto n. 4.073, Cap. V, em seu art. 22, regulamenta a Lei n. 8.159/91 e dá diretrizes sobre a declaração de interesse público e social de arquivos privados de pessoas físicas ou jurídicas. Tais arquivos, uma vez que contenham “[...] documentos relevantes para a história, a cultura e o desenvolvimento nacional podem ser declarados de interesse público e social por decreto do Presidente da República.” (BRASIL, 2002).

Como exemplo, é possível citar os arquivos de instituições religiosas brasileiras anteriores ao Código Civil de 1916 que, no que diz respeito a atos de interesse público e social, mesmo sem decretos, são considerados de caráter público, pois possuem documentos de caráter religioso com finalidades públicas, um exemplo são os registros de batismo anteriores a Lei de 1916 que, na ausência de outros documentos, são considerados como registros de nascimento (BRASIL, 1991; MEDEIROS, 2003). Há também, a possibilidade de a pessoa física ou jurídica detentora de arquivo e que tenha interesse em qualificá-lo como arquivo privado de interesse público e social encaminhar solicitação ao Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ.

Na solicitação deverá constar a justificativa do pedido e a indicação da localização do arquivo, bem como, a identificação do solicitante, do proprietário ou detentor do arquivo. Também, deverá constar o domicílio ou sede do solicitante, local para recebimento de comunicações. A solicitação será encaminhada à Comissão Técnica de Avaliação constituída pelo Conselho Nacional de Arquivos, que emitirá parecer pela aceitação ou não do interesse público e social do arquivo. Em caso de parecer favorável, o CONARQ tomará as devidas providências, que resultará na homologação da declaração pelo presidente da República (BRASIL, 2002).

A declaração de interesse público e social do arquivo será acompanhada de um diploma, que certificará sua importância para a memória nacional. Esse diploma, além de valorizar o arquivo, pode contribuir para a obtenção de apoio junto a agências financiadoras públicas ou privadas visando à preservação e divulgação do acervo. Os proprietários ou detentores dos arquivos privados declarados de interesse público e social devem zelar por sua preservação, comunicar ao Conselho Nacional de Arquivos qualquer mudança de local de guarda e notificar a União em caso de venda ou doação do arquivo (BRASIL, 2002).

ARQUIVOS ESCOLARES

Os arquivos escolares, a exemplo dos demais arquivos, também podem ser classificados como públicos e privados. A Lei n. 8.159/91, embora não faça expressa alusão aos arquivos escolares, no que se refere aos atos decorrentes do encargo público, são de interesse público, por isso, as escolas estão obrigadas a preservar seus arquivos, inclusive as escolas privadas. Os arquivos escolares privados, de acordo com Medeiros (2009), são de interesse público quando decorrentes de atribuições autorizadas, reconhecidas ou delegadas pelo poder público, deste modo, quando a escola privada é extinta, os documentos decorrentes daquelas atribuições se tornam totalmente públicos e são transferidos para a guarda pública.

As escolas, públicas e privadas, exercem *múnus* público e têm a responsabilidade de preservar seus arquivos, pois a finalidade destes é a comprovação do direito de pessoas ou da administração e as informações deles provenientes são utilizadas pelos órgãos da administração pública para exercer um controle do fluxo referente ao oferecimento de vagas, matrículas, aprovação, reprovação, evasão, entre outros. Ademais, os arquivos escolares possuem valor histórico e cultural. Os documentos escolares são classificados em documentos correntes, documentos intermediários e documentos de valor permanente (ANDRADE; ARNAUT DE TOLEDO; GARUTI ANDRADE, 2019).

Nos arquivos escolares, a documentação geralmente está em suporte de papel, organizada em livros, dossiês e documentos avulsos que contêm as informações internas produzidas cotidianamente pelos atores educativos e pela própria instituição. Pode-se dizer que os fundos arquivísticos das instituições educativas são constituídos por documentos específicos, produzidos no cotidiano das práticas administrativas e pedagógicas, são produtos da escola e revelam as relações que, no seu interior se desenvolveram pelos atores educativos envolvidos no processo educacional (MOGARRO, 2006; MIGUEL, 2012).

É importante que seja desenvolvida uma política de arquivamento e descarte de documentos que ultrapasse o limite imposto pela burocracia administrativa, que exige no caso de fechamento da escola, que apenas os documentos de ordem administrativa sejam repassados aos arquivos estaduais. Nesse processo, parte da história das instituições educativas acaba se perdendo, esta é uma questão candente no que se refere aos arquivos escolares.

FONTES E ARQUIVOS NA REGIÃO OESTE DO PARANÁ

Embora a região oeste do Paraná seja de colonização recente, as fontes primárias para a realização de pesquisas na área da História da Educação são escassas e estão num estado de conservação que deixa muito a desejar, dadas as condições de albergamento e manutenção. No entanto, há que salientar a importância dos acervos regionais que já existem e tem exercido o importante papel de armazenar e organizar os documentos e fontes sobre a história da educação na região.

A maior parte das fontes documentais sobre a História da Educação na região estão disponíveis em instituições públicas e privadas. É possível elencar e descrever os principais arquivos que armazenam e organizam essas fontes, que poderão ser consultados por pesquisadores que atuam nessa área temática:

a) Biblioteca da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE): os *campi* de Cascavel, de Toledo e de Marechal Cândido Rondon da UNIOESTE possuem um considerável número de trabalhos defendidos nos cursos de graduação e de pós-graduação em História e História da Educação, que discutem a questão da educação escolar da região. Os arquivos de todos os campi da Universidade Estadual do Oeste do Paraná estão disponíveis para serem consultados por pesquisadores que optarem pela pesquisa sobre a historiografia das instituições educacionais. O *campus* de cada uma dessas cidades possui biblioteca com vasto material para pesquisas sobre essa temática. O Sistema de Bibliotecas da UNIOESTE disponibiliza o acesso a todo seu acervo.

A biblioteca do *campus* de Cascavel ocupa uma área de 4.267m² distribuídos em dois pisos num prédio próprio, seu acervo é composto por 53 mil exemplares e 24 mil títulos de livros, além de um número aproximado de 23 mil exemplares de periódicos. A biblioteca está localizada no seguinte endereço: Rua Universitária, 1.619. Caixa Postal 701, Jardim Universitário. Cascavel, Paraná - CEP 85819-110. Telefone: (45) 3220-3178. Endereço Eletrônico: bibcvel@gmail.com.

A biblioteca do *campus* de Marechal Cândido Rondon ocupa uma área de 500m², no térreo do Bloco II, seu acervo é composto por 20 mil títulos e 34 mil exemplares livros, além de 881 títulos e 15 exemplares de periódicos e está localizado na Rua Pernambuco, 1.777, Caixa Postal 91 CEP 85960-000. Telefone: (45) 3284-7879. Endereço Eletrônico: bibmcr@unioeste.br.

A biblioteca do *campus* de Toledo ocupa uma área de 1.000m² distribuídos em dois pisos num prédio próprio, seu acervo é composto por 32.327 exemplares e 21.632 títulos de livros, além de 610 títulos e exemplares de periódicos. Está localizada na Rua da Faculdade, 645- Jardim Santa Maria, CEP. 85903-000 Toledo/PR. Telefone: (45) 33797118. Endereço Eletrônico: bibtoo@unioeste.br.

A biblioteca do *campus* de Foz do Iguaçu, ocupa uma área de 2.060m² e oferece consulta local de livros e periódicos, empréstimo domiciliar, empréstimo Inter bibliotecário, catalogação na fonte, levantamento bibliográfico e comutação bibliográfica. Está localizada Av. Tarquínio Joslin dos Santos, 1300 - Polo Universitário; Caixa Postal: 961. Telefone: (45) 3576-8100. Endereço Eletrônico: foz.biblioteca@unioeste.br. O sítio eletrônico para acesso às três bibliotecas acima elencadas é: <https://sisbib.unioeste.br/pergamum/biblioteca/index.php>. Para consultar o acervo eletrônico do sistema de bibliotecas da UNIOESTE, acessar o seguinte sítio eletrônico: <https://sisbib.unioeste.br/pergamum/biblioteca/index.php>.

b) CEPEDAL: (Centro de Estudos, Pesquisa e Documentação da América Latina): o CEPEDAL é um órgão suplementar, vinculado cientificamente ao Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras (CCHEL) da Universidade do Oeste do Paraná (UNIOESTE), e administrativamente, está ligado ao Campus de Marechal Cândido Rondon, da UNIOESTE. O CEPEDAL foi criado no ano de 1989 e, desde esta data, tem se especializado na organização e guarda de testemunhos e registros em vários suportes documentais sobre o oeste do Paraná e nas áreas de fronteira com o Paraguai e a Argentina. O objetivo deste órgão é preservar acervos documentais sobre o oeste paranaense e as populações de fronteira vinculadas à região. A instituição disponibiliza mais de 500 suportes documentais, entre entrevistas em áudio e vídeo. Tem acervo com mais de mil fotografias, particularmente sobre a ocupação da região, no período entre 1950 e 1990.

O Núcleo de Pesquisa e documentação sobre o Oeste do Paraná realiza a organização e guarda de acervos, que em seu conjunto testemunham as ocupações populacionais e as transformações sociais, econômicas e culturais vividas na Região Oeste do Paraná e nas áreas de fronteira com o Paraguai e na Argentina desde os anos 1950 (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ, 2018).

O CEPEDAL dispõe de uma biblioteca de apoio na área de História do Paraná e do Oeste do Paraná, composta por mais de 2000 livros, integrada ao sistema Apolo de bibliotecas da UNIOESTE. Além disso, possui uma hemeroteca composta por um total de aproximadamente 11 títulos de jornais de circulação local e regional, um rico acervo de periódicos com mais de 50

títulos e um número aproximado de 3 mil volumes; também mantém a revista Espaço Plural, um periódico publicado semestralmente em versão impressa e eletrônica.

O CEPEDAL é sediado na UNIOESTE, campus Marechal Cândido Rondon. O endereço é: Rua Pernambuco, 1.777, Caixa Postal 91 - CEP 85960-000. Telefone (45) 3284-7878. O acervo está disponível aos pesquisadores por meio dos contatos acima apresentados.

c) Museu histórico Willy Barth: O Museu Histórico Willy Barth é um órgão público municipal, localizado na cidade de Toledo, Paraná. A instituição foi criada pela Lei Municipal nº 834 de 23 de agosto de 1976, sancionada pelo Prefeito Wilson Carlos Kuhn. (TOLEDO, 1976a). No dia 29 de setembro, um mês depois, foi sancionada a Lei Nº 844, que determinou que a instituição fosse denominada de Museu Histórico Willy Barth, em homenagem ao pioneiro-colonizador e prefeito do município de Toledo. Embora criado e nomeado oficialmente em 1976, o Museu só foi instalado de fato, oito anos depois (TOLEDO, 1976b). A instituição está vinculada à Secretaria Municipal de Cultura e tem como missão principal preservar e divulgar a Memória Histórica do Município de Toledo e da região Oeste do Paraná. O Museu Histórico Willy Barth constituiu-se como um dos principais acervos de fontes documentais sobre a história da educação da região. Situado na Rua Guarani, 3843, Vila Becker, Toledo, PR. O museu está aberto à visitação de segunda a sexta-feira, das 8h00 às 11h45 e das 13h30 às 17h30 e no primeiro sábado de cada mês das 14h às 18h. Telefones para agendamento de visitas e contatos: (45) 32771328 e (45) 32773590. Endereço eletrônico: museu.rejane@toledo.pr.gov.br. Sítio eletrônico: <http://www.toledo.pr.gov.br/portal/cultura/museu-historico-willy-barth>.

d) Projeto História Viva: projeto desenvolvido por professores e alunos da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, campus de Marechal Cândido Rondon. O Projeto teve início na década de 1980 e seu objetivo principal é resgatar o conhecimento histórico a partir dos relatos orais de colonizadores e fundadores dos municípios da região. O Projeto História Viva está sediado na UNIOESTE, campus Marechal Cândido Rondon. Endereço: Rua Pernambuco, 1777, Caixa Postal 91 - CEP 85960-000 e o sítio eletrônico <http://www.unioeste.br/projetos/cepedal/>. Telefone (45) 3284-7878. O acervo está disponível aos pesquisadores por meio dos contatos acima apresentados.

e) Museu da Imagem e do Som de Cascavel: trata-se de uma instituição mantida pelo Poder Público Municipal que oferece uma grande quantidade de materiais relacionados a colonização e escolarização da região oeste do Paraná e especialmente do município de Cascavel. O Museu

da Imagem e do Som de Cascavel está localizado no Centro Cultural Gilberto Mayer, foi criado pela Lei n. 1991/88, de 21 de abril de 1988, vinculado à Secretaria de Cultura (CASCAVEL, 2017). A instituição tem como finalidade resgatar, inventariar e preservar a memória artístico-cultural e histórica da região oeste do Paraná e do município de Cascavel. A instituição possui um acervo de mais de 50 mil documentos entre fotos, áudios e vídeos que descrevem o período da colonização e desenvolvimento da região oeste do Paraná e de Cascavel, constituindo-se num importante espaço de albergamento de fontes para pesquisas na área da história e da história da educação regional. Endereço: Rua Duque de Caxias, nº 379, anexo ao Centro Cultural Gilberto Mayer. Telefone: (45) 39021369. Sítio eletrônico: http://www.cascavel.pr.gov.br/museu/solicitar_atendimento.php.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A despeito da ampliação da discussão sobre a importância de se conservar as fontes históricas para o conhecimento do patrimônio cultural e histórico, os pesquisadores na área de história da educação ainda encontram dificuldades, especialmente aquelas relacionadas ao acesso e à conservação dos documentos, mas, cabe aos historiadores da educação o desafio de retornar aos arquivos.

Na região oeste paranaense, a situação de conservação das fontes ainda é precária, principalmente em relação ao início do século XX. A escassez de fontes sobre a história da educação é uma realidade na pesquisa sobre a escolarização da região, no entanto, é possível realizar pesquisas e a tarefa é de grande dimensão. Por se tratar de uma região de colonização recente, faz-se necessário documentar a história educacional. Contudo, cabe destacar que o levantamento e a catalogação de fontes primárias e secundárias relativas à história da educação desta região têm ocupado a atenção de instituições públicas e de grupos de pesquisas. O HISTEDOPR, GT-Cascavel, Grupo de pesquisa vinculado ao HISTEDBR/UNICAMP, em desenvolvimento desde 2003, tem se dedicado à tarefa de levantar, organizar e catalogar fontes para a História da Educação na região, porém, há muito que se fazer.

O trabalho de reconstituição da história e da memória da educação no oeste paranaense tem se apresentado como desafio aos pesquisadores na área de história da educação, pois essas fontes, em sua maioria, já se perderam ou estão se perdendo devido à escassez de acervos documentais regionais. A documentação está dispersa, sem acondicionamento adequado, por isso está se deteriorando e se perdendo.

Salientamos, portanto, a necessidade de se desenvolver uma cultura de preservação das fontes na região. Para tal, as instituições escolares podem contribuir, por meio da preservação de documentação, isso não significa guardar tudo, mas, descartar o desnecessário e criar condições mínimas de sobrevivência do suporte físico (materialidade) e da informação do documento. Deve haver um trabalho integrado entre as secretarias de escolas, os arquivistas e os historiadores da educação visando à elaboração de planos de destinação aos documentos escolares. Tal exercício poderá auxiliar também na reflexão do que define um documento escolar e o que deve ser preservado e o que deve ser descartado dos arquivos.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, R. P. de; ARNAUT DE TOLEDO, C. de A.; GARUTI DE ANDRADE, F. A. Preservação da história da educação na região oeste do paraná: arquivos, fontes e institui es educacionais. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, v. 19, p. 1-24, 2019.

ARNAUT DE TOLEDO, C. de A.; ANDRADE, R. P. de. Caracteriza o do acervo do Museu Histórico Willy Barth, de Toledo e a pesquisa sobre história da educa o na região oeste do Paraná, Brasil. **Revista Educere et Educare**, v. 10, n. 19, p. 73-83, jan./jun. 2015. Cascavel

BRASIL. **Lei Federal n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991**. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm. Acesso em: 11 nov. 2013.

BRASIL. **Decreto n. 4.073**, 2002. Disponível em: http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?from_info_index=21&infoid=137&sid=54. Acesso em: 15 dez. 2014.

BRASIL. Regimento Interno do Conselho Nacional de Arquivos. **Portaria n. 2.588, de 24 de novembro de 2011**. Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.conarq.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>. Acesso em: 15 dez. 2014.

CASCADEL. **Museu da Imagem e do Som**. Cascavel: Prefeitura Municipal de Cascavel, 2017 Disponível em: <http://www.cascavel.pr.gov.br/secretarias/cultura/subpagina.php?id=79>. Acesso em: 15 dez. 2014.

CASCADEL. O Museu da Imagem e do Som de Cascavel. **Centro Cultural Gilberto Mayer**, foi Criado pela Lei N  1991/88, de 21 de abril de 1988.

JARDIM, J. M. O inferno das boas intenc es: legisla es e políticas arquivísticas. *In*: MATTAR, E. (Org.). **Acesso   informa o e política de arquivos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003. p. 37-45.

LOPES, E. M. T.; GALVÃO, A. M. de O. **História da Educa o**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

- MEDEIROS, H. A. R. Arquivos escolares. *In*: CASIMIRO, A. P. B.; LOMBARDI, J. C.; MAGALHÃES, L. D. R. (org.). **A pesquisa e a preservação de fontes e arquivos para a educação, cultura e memória**. Campinas: Alínea, 2009. p. 175-188.
- MEDEIROS, R. Arquivos escolares: breve introdução a seu conhecimento. *In*: SIMPÓSIO DO MUSEU PEDAGÓGICO, , 2003, Bahia. **Anais [...]**. UESB. Bahia, 2003. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br>. Acesso em: 25 jul. 2013.
- MIGUEL, M. E. B. Os Arquivos e Fontes como Conhecimento da História das Instituições Escolares. *In*: NASCIMENTO, M. I. M.; SANDANO, W.; LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D. (Org.). **Instituições Escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**. Campinas: Autores Associados, 2007. p. 31-38.
- MIGUEL, M. E. B. A história, a memória e as instituições escolares: uma relação necessária. **Cadernos de História da Educação**. Uberlândia MG, v. 11, n. 1, p. 243-256, jan./jun. 2012.
- MOGARRO, M. J. Arquivos escolares nas instituições educativas portuguesas. Preservar a informação, construir a memória. **Revista Pró-prosições**. Campinas, SP, v. 16, n. 1, p. 103-116, jan./abr. 2005.
- MOGARRO, M. J. Arquivos e educação: a construção da memória educativa. **Sísifo: Revista de Ciências da Educação**. N. 1. Set/dez., v. 1, p. 71-84. São Paulo. 2006. Disponível em: <http://sisifo.fpce.ul.pt>. Acesso em: 11 nov. 2013.
- NOSELA, P.; BUFFA, E. **Instituições Escolares: por que e como pesquisar**. Campinas: Alínea, 2009.
- NUNES, C. Interrogando a avaliação dos trabalhos de história da educação: o inventário de uma prática. *In*: GONDRA, J. G. (Org.). **Pesquisa em História da Educação no Brasil**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- NUNES, C.; CAVALHO, M. M. C. de. Historiografia da educação e fontes. *In*: GONDRA, J. G. (Org.). **Pesquisa em História da Educação no Brasil**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- RAGAZZINI, D. Os estudos histórico-educativos e a história da educação. *In*: SANFELIE, J. L.; SAVIANI, D.; LOMBARDI, J. C. **História da Educação: perspectivas para um intercâmbio internacional**. Campinas: Autores Associados, 1999. p. 19-35.
- RAGAZZINI, D. Para quem e o que testemunham as fontes da história da educação? **Educar em Revista**, Curitiba, n. 18, p. 13-28, jul./dez. 2001.
- SAVIANI, D. Breves Considerações Sobre as Fontes Para a História da Educação. *In*: LOMBARDI, J. C.; NASCIMENTO, M. I. M. (Org.). **Fontes, História e Historiografia da Educação**. Campinas: Autores Associados, 2004. p. 3-12.
- SAVIANI, D. **Aberturas para a história da educação: do debate teórico-metodológico no campo da história ao debate sobre a construção do sistema nacional de educação no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2013.
- TOLEDO (PR). Lei n. 834/76 de 23 de agosto de 1976. Toledo: **Diário Oficial [do] Município de Toledo**, 23 ago. 1976a.

TOLEDO (PR). Lei n. 844/76 de 29 de setembro de 1976. Toledo: **Diário Oficial [do] Município de Toledo**, 29 set. 1976b.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ. **Núcleo de Pesquisa e documentação sobre o Oeste do Paraná (CEPEDAL)**. Cascavel: UNIOESTE, 2018. Disponível em: <http://www.unioeste.br/projetos/cepedal/>. Acesso em: 20 nov. 2013.

VIDAL, D. G. Apresentação do dossiê arquivos escolares: desafios à prática e à pesquisa em história da educação. **Revista Brasileira de História da Educação**. Maringá. Pr. Vol. 5, n. 10, p. 71-73, jul./dez. 2005.

VIDAL, D. G. Por uma ampliação da noção de documentos escolar. *In*: NASCIMENTO, M. I. M. et al. (Org.). **Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**. Campinas: Autores Associados, 2007. p. 59-71.

WARDE, M. J. Questões Teóricas e de Método: A História da Educação nos Marcos de Uma História das Disciplinas. *In*: SAVIANI, D.; LOMBARDI, J. C.; SANFELICE, J. L. (Org.). **História e Historiografia da Educação: o debate teórico-metodológico atual**. 3. ed. Campinas: Autores Associados; HISTEDBR, 2006.